1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), empresa pública de propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 51 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do País, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 35 aeroportos: Aeroporto de Santos Dumont e 34 aeroportos regionais, sendo 14 outorgados e 20 administrados por contratos de gestão com Estados e Municípios. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confins, Brasília e Guarulhos.

Em agosto de 2023, a Companhia assinou contrato com o Estado do Ceará que tem como objeto a execução dos serviços de administração, operação, manutenção e conservação dos aeroportos regionais de Camocim (SNWC); Campos Sales; (SNCS); Crateús (SNWS); Iguatu (SNIG); Quixadá (SNQX); São Benedito (SWBE); Tauá (SDZG); Jericoacoara (SBJE); Aracati (SBAC); Regional de Sobral (SN6L). A remuneração se dá por meio das arrecadações tarifárias e comerciais nos referidos aeroportos.

Por meio de portarias do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) foram atribuídos a Infraero a administração, operação e exploração de 14 aeroportos regionais, sendo 7 em 2023: Aeroporto de Flores/AM; Aeroporto Governador Valadares/MG; Aeroporto de Mossoró/RN; Aeroporto Sorriso/MT; Aeroporto Usiminas/MG; Aeroporto de Itaperuna/RJ; e Paranavaí/PR, e 7 em 2024: Aeroporto de Ariquemes/RO, Divinópolis/MG, Luziânia/GO, Anápolis/GO, Torres/RS, Canela/RS e Olímpia/SP.

1.1. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

O Governo Federal conta com o Plano Aeroviário Nacional (PAN) para alavancar a integração regional, tendo o transporte aéreo como um dos vetores de desenvolvimento da economia. O País possui pelo menos duas centenas de aeroportos estratégicos e prioritários – já mapeados pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), que são essenciais para a integração com outros modais da cadeia da infraestrutura e transporte.

Para atingir este objetivo o MPOR lançou o Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais – AmpliAR visa adequar a infraestrutura e a gestão de aeroportos regionais deficitários, por meio de leilões destinados aos atuais concessionários aeroportuários, que serão remunerados pela ampliação dos prazos das concessões vigentes.

A Infraero estruturou seu planejamento estratégico com o objetivo de expandir seus negócios comerciais e equilibrar seus resultados financeiros. Esse planejamento inclui a modernização dos ativos, a otimização de custos e a oferta de serviços aeroportuários para outros players, bem como ser o elo do governo na execução de políticas públicas para o setor, contribuindo para o desenvolvimento aéreo regional e integração nacional. No portifólio de serviços destaca-se:

- Gestão de aeroportos regionais, por meio de contrato;
- Elaboração de Plano Diretor para Aeroportos;
- Desenvolvimento de Projetos de Aeroportos;
- Planejamento Aeroportuário;
- Licenciamento ambiental de aeroportos;
- Infraero Educação para consultoria e treinamentos;
- Soluções e suporte de TI para a infraestrutura aeroportuária;
- Prestação de serviços técnicos especializados;
- Consultoria ambiental, dentre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo no montante de R$ 228.789 e patrimônio líquido em R$ 1.135.419. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

a) Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a insignificante risco de mudança de valor.

b) Caixa Restrito

A Infraero classifica como caixa restrito as aplicações mantidas em poupança, em virtude dos Termos de Compromissos de Compensação Ambiental (TCCA). A utilização desses recursos é exclusivamente para atender o licenciamento ambiental de empreendimentos, conforme trata o art. 36, da Lei Federal n.º 9.985, de 18/7/2000. A Companhia também considera caixa restrito as garantias em moeda corrente, previstas no art. 96 da Lei n.º 14.133/2021 e as aplicações do Tesouro.

c) Ativos financeiros não derivativos

A Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

» Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
» Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

» Aplicações financeiras; e
» Ações e investimentos em fundos nacionais.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

» Caixa e bancos;
» Aplicações em contas de poupança;
» Contas a receber;
» Títulos públicos; e
» Depósitos judiciais.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresas do segmento de energia e telefonia, classificadas como investimentos e mensuradas ao valor justo. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado, quando aplicável.

Impairment

A Infraero avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não aumento significativo no risco de crédito.

Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a Infraero detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento de obras nos aeroportos (a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram), valores a receber faturados em nome da Infraero, mas de propriedade de outras autarquias (recursos de terceiros a repassar), dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*).

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento técnico IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

e) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

Para estimativa do valor registrado na perda é considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.

Neste contexto, foi definido que, para os estoques de Materiais de Consumo, os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.

f) Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme pronunciamento técnico CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo efetivo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na empresa.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação do resultado pelas suas coligadas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

g) Impostos, taxas e contribuições

i. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.

ii. Impostos a recolher

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflita as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Imposto diferido (ativo e passivo) são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, de acordo com o estabelecido no pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A Infraero, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas.

h) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Como forma de assegurar a evolução das práticas, a política de transações entre partes relacionadas é revisada anualmente.

i) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (Impairment), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo através de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis passou pelo teste de "recuperabilidade" (*Impairment*).

j) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

k) Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando o valor total envolvido por natureza.

l) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica, Programa Auxílio Saúde (PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano odontológico é oferecido por meio de empresa contratada pela Infraero. A partir de 2020, o PAS passou a ser administrado na forma de auxílio-saúde, mediante ressarcimento, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2025.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (Plano CV) e dos Planos de Benefícios Definidos (Planos BD I e II) do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV). Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Infraero e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais. São reconhecidos na demonstração do resultado abrangente.

m) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

n) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

o) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada (DIN)

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada de aeroportos administrados pela Infraero, a Companhia, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, implantou o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada (DIN). Dessa forma, à medida que são disponibilizados os números de vagas para adesão, a Companhia constitui a provisão para os desligamentos, utilizando como critério os empregados confirmados e deferidos, o montante da provisão, quando constituído, será composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

q) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. Neste sentido, considerando que a Administração não espera nenhuma realização desses ativos, recuperação em decorrência da venda dos aeroportos constantes no Programa Nacional de Desestatização (PND), estes não serão classificados para o Ativo Circulante.

r) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

s) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis n.os 11.638/07 e 11.941/09.

4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES CONTÁBEIS

As revisões dos normativos contábeis com aplicações determinadas para 2024 não produziram impactos significativos nas demonstrações contábeis. Também, não se prevê impactos relevantes decorrentes das alterações previstas, ou em discussão, para exercícios futuros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	152	76
Conta corrente	1.066	1.150
Aplicação financeira	2.472.027	2.829.648
Total	**2.473.245**	**2.830.874**

As aplicações de liquidez imediata totalizam o saldo de R$ 2.472.027 e representam fonte de recurso a ser utilizada em decorrência de eventuais necessidades de caixa. Por ser Empresa Pública, as aplicações são realizadas por intermédio do